



A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA ASPECTOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E RELIGIOSOS (SÉC. XVI - XX)

(The formation of Brazilian society)

Economic, political and religious aspects (XVIth – XXth century))

Celso Luiz Tracco*

Pós-graduando em Teologia pela PUCSP

RESUMO

Este artigo estuda a tradicional alienação econômica, política, social e também religiosa da sociedade brasileira. Em um estudo retrospectivo serão analisadas as causas e consequências, desde os tempos coloniais até meados do século XX, daquelas características. Apenas a partir da década de 40, do século passado, o povo ainda que de maneira limitada, passa a ter uma participação em decisões que afetam o seu destino. A sociedade brasileira, formada sob a égide do Catolicismo, religião oficial do Estado até 1891, se constituiu sobre uma elite econômica, política e religiosa, controladora de todos os meios necessários para mantê-la no poder. O povo, sem participação ativa, apenas recebia as migalhas que o mantinham vivo nos limites aceitáveis para a elite. Sua exploração foi metódica e sistemática. Em meados do século XX, levado por razões que serão abordadas neste artigo, houve uma breve, mas intensa participação popular em seu destino, logo, porém abortada pelas condicionantes que ocorreram na década de 60. Para refletir: será que há, realmente, possibilidade de mudanças para o povo brasileiro, ou será mais uma utopia irrealizável.

Palavras-chave: exploração, política, elitização, economia, formação religiosa.

ABSTRACT

This article studies the traditional economic, political and religious alienation in Brazilian society. This retrospective study will analyze the causes and consequences of this alienation, from colonial times until the mid-twentieth century. It was only in the 1940's that Brazilian people began, slowly, to have a voice in the decision taking processes that affected their fate. Brazilian society was established under the *aegis* of Catholicism, the official religion of the State until 1891, and was ruled by an elite that dominated the economic, political and religious spheres, controlling all the means that were necessary to keep them in power. The underprivileged majority, without any political participation, lived on the crumbs within the acceptable limits for the elite. This process was methodical and systematic. In the mid-twentieth century, for reasons that will be discussed in this article, there was a brief but intense popular interest in taking control of their own fate. This phenomenon was soon aborted by the historical happenings that marked the 1960's. This study will focus in pondering: is there really a possibility of change in the Brazilian society or is it an unachievable utopia?

Keywords: exploitation, politics, elitism, economics, religious background.



1. A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

A conquista das terras que no futuro vão se chamar Brasil foi fruto da expansão mercantilista europeia iniciada durante o século XIV. O Reino de Portugal foi um grande protagonista desta empreitada, cujo ápice foi o descobrimento do caminho marítimo, via Oceano Atlântico, para as Índias. Nada encontrando de valor imediato, aqui não se estabeleceram. Os habitantes da terra, indígenas que estavam em um estágio de civilização muito primitivo do ponto de vista europeu, cuja atividade produtiva era de subsistência, não possuíam ouro, prata, ou pedras preciosas. Seus bens de luxo eram penas de aves para ornamentos e pedras afiadas para suas armas, nada que pudessem comercializar com os conquistadores portugueses¹.

A mentalidade da empresa mercantilista portuguesa nunca foi de colonizar, propriamente dito, mas sim de explorar, visando o enriquecimento do Estado português, o que significava dizer, o enriquecimento do rei e de sua corte. O regime monárquico português era absolutista, e ele, o rei, era o grande mandatário daquela empresa de exploração econômica. Os ganhos de sua expansão marítima não irão beneficiar o povo português, mas sim o rei, sua família e a corte que lhe é submissa. Sob esta ótica, Portugal encarava o Brasil e as demais colônias, sua política, economia e sociedade, à serviço dos objetivos da Coroa.

O Brasil era mais um lugar a ser explorado, pilhado, roubado, exaurido, assim como as demais colônias, devia abastecer a metrópole com algo de valor mercantil imediato. Desde os primeiros dias da conquista, a nova colônia teve o seu olhar, apenas e tão somente, para fora, para Portugal, para a potência dominante. Mais tarde o olhar será desviado para outros conquistadores, mas continuará sendo para além do Atlântico².

Dentro desta perspectiva, a economia brasileira viveu dos chamados ciclos de exploração. Primeiro o pau-brasil, que nos forneceu a identidade. Quando as árvores do pau-brasil escassearam, terminou o ciclo econômico baseado no escambo e anos mais tarde, com a adaptação da cultura da cana de açúcar, iniciou-se outro ciclo, este muito



mais longo e produtivo. A cana de açúcar encontrou condições muito favoráveis de plantio e crescimento na chamada zona da mata nordestina.

O engenho de açúcar, tão bem retratado por vários historiadores e sociólogos³, foi a mais perfeita síntese da nossa sociedade colonial, cujas raízes perduraram de certo modo, até nossos dias. A Casa Grande foi o verdadeiro centro do poder colonial. Ali tudo era decidido, implementado, e instituído.

Na exploração comercial mercantilista da cana de açúcar, sintetizaram-se os três elementos que predominaram na economia do Brasil colonial: a monocultura voltada para o exterior, a grande propriedade e a mão de obra escrava. Esta, a escravidão, foi a base de toda a economia colonial e também de todo império⁴.

Essa matriz econômica começa a declinar apenas em 1850 quando, depois de longas batalhas diplomáticas contra a Inglaterra, então potência dominante, e do emprego de vários subterfúgios, executados ao arrepio da lei, o Brasil aboliu o vergonhoso tráfico negreiro. Porém o comércio interprovincial de escravos permaneceu até a abolição em 1888.

Não cabia na ideia de nenhum português que para cá viesse, trabalhar, principalmente na lavoura ou em afazeres pesados. Dentro da mentalidade de conquistador, trabalho era para os seres inferiores, como os escravos. Quem vivia na Casa Grande era afortunado, tinha riqueza, poder, dignidade. Os demais eram apenas os demais que, com o seu trabalho, sustentavam a Casa Grande. Não se desenvolveu, que pudesse se destacar por sua importância, nenhum comércio ou outra atividade econômica independente da Casa Grande.

Como os habitantes da Casa Grande se abasteciam do que precisavam com os bens comprados da metrópole, os demais sobreviviam com o que se produzia na própria propriedade, tanto em termos de alimentos como de vestimenta ou utensílios. A atividade produtora e comercial para as necessidades internas da população eram desprezíveis, economicamente falando.



Não é difícil imaginar que esta forma de exploração econômica, durando cerca de 300 anos, junto à costumeira concessão de privilégios aos aliados e colaboradores da corte portuguesa, levou à estratificação da sociedade brasileira, poucos com muito e muitos com quase nada. Esta situação não mudará substancialmente no futuro. Ainda no período colonial, surgiram novos ciclos econômicos, como o do algodão, do tabaco, do ouro, das pedras preciosas, onde a forma de exploração seguiu o modelo da cana de açúcar, matérias primas destinadas a suprir a necessidade mercantil da metrópole.

Fato marcante na história do Brasil foi a chegada da família real portuguesa em 1808. Ainda que não se possa afirmar ao certo, cerca de 10.000 portugueses vieram com a corte para os trópicos. Todo o “alto escalão das hierarquias civil, militar e religiosa, membros da alta sociedade, da classe de profissionais e de homens de negócios”⁵ escaparam das tropas napoleônicas e se estabeleceram na colônia. O ato da abertura dos portos às nações amigas, primeira medida administrativa tomada por d. João em terras brasileiras, foi gerada pela necessidade, e pela imposição da Inglaterra, garantidora da fuga portuguesa. Os impostos da alfândega eram a principal fonte de recursos para o Erário Público.

Junto com essa medida, foram decretadas outras que tinham o objetivo de melhorar a economia da agora metrópole. Retirou-se a proibição de se instalar indústrias e de se produzir manufaturas, além disso, foram implantadas várias escolas de nível superior, até então inexistentes no Brasil, tais como: A Escola Médico Cirúrgica da Bahia, a Academia dos Guardas-Marinha, a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, a Academia de Artilharia e Fortificações, a Real Academia Militar, um curso de agricultura na Bahia e um laboratório químico no Rio de Janeiro, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, entre outras medidas que incentivavam a cultura, a economia e o conhecimento na colônia⁶.

Missões culturais e científicas passaram a frequentar o Brasil. Bibliotecas, imprensa, academias de letras foram instaladas. No campo eclesiástico, a Mesa de Consciência e Ordem, órgão que dirigia as atividades da Igreja, instalou-se no Rio de Janeiro. Porém, as alterações sociais foram mínimas, a indústria incipiente não prosperou, era



impossível competir com os produtos ingleses, o comércio e as finanças estavam nas mãos dos capitalistas anglicanos e o sistema de governo continuava absolutista, sem admitir adversários, privilegiando as amizades que em troca de cargos e favores usavam e abusavam de negócios prejudiciais ao país. A economia do império continuou a viver de ciclos de exportação, baseados na mão de obra escrava, cujo ciclo principal foi o do café.

O café deslocou o centro da economia brasileira do nordeste para o sudeste. Porém, a estrutura da casa grande e da senzala, mesmo mais rarefeita, continuou sendo o padrão de produção econômica. Não é inútil dizer que o Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão. A solidificação da elite brasileira, durante o segundo período do império, se deu com os chamados barões do café. A chamada riqueza do café ficou, igualmente aos tempos da colônia, restrita a poucos⁷.

A tardia interrupção do tráfico negreiro levou o Brasil a adotar uma política de estímulo à imigração europeia a partir da segunda metade do século XIX. O maior fluxo migratório ocorreu a partir de 1860 e se intensificou depois de 1880. Constituída principalmente de italianos, mas também de outros países como: Alemanha, Espanha e Portugal, seu principal destino era São Paulo e suas lavouras de café.

Os imigrantes europeus trouxeram consigo, além de muita esperança na nova terra, alguns conhecimentos técnicos e capacidade para empreender. Uma incipiente industrialização dar-se-á de modo lento e basicamente em São Paulo, devido ao acúmulo de dinheiro do café e à massa imigratória, que finalmente passa a formar um emergente mercado consumidor. De modo secundário, e principalmente por ser a capital do país, o Rio de Janeiro foi também um destino destes novos imigrantes⁸.

Os emergentes industriais logo perceberam que era necessário estar ao lado da classe política, herança maldita dos hábitos coloniais e imperiais, que davam e/ou trocavam privilégios com as elites dominantes. A mudança para novos meios de produção, não significou necessariamente mudança na classe dominante, mas sim um ajuste às novas



condições econômicas e políticas. A industrialização logo vai se alicerçar em monopólios ou oligopólios nacionais e outorgas ou concessões a grupos internacionais.

“Os industriais brasileiros viverão em família; família pacífica em que fraternalmente se repartem as oportunidades. Ao primeiro sinal de dificuldades se solidarizam em agrupamentos destinados a controlar, limitar e repartir a produção”⁹.

A estratificação da sociedade brasileira manteve-se com a embrionária industrialização. Os novos industriais ou vieram da elite rural ou da nova onda imigratória. “A quase totalidade dos empresários brasileiros veio da elite rural. Por volta de 1930 não havia um único fabricante, nascido no Brasil, originário da classe inferior ou da classe média, e muito poucos surgiram depois”¹⁰.

Somente a partir da segunda metade do século XX o Brasil conheceu alguns surtos muito positivos de crescimento econômico e passou a ser uma economia emergente no cenário mundial, porém seus ganhos continuavam na elite, agora industrial, agrária e financeira. A distribuição de renda era uma das piores do mundo¹¹, os 10% mais ricos detinham 50% da renda.

O aumento da riqueza nacional não se refletiu em melhorias sociais, que a população brasileira tanto precisava, como escolas, saúde, transportes, saneamento público, moradias. A nova elite econômica seguindo os modelos do passado tratava de assenhorar-se do poder político, traduzindo seus privilégios em leis.

A economia brasileira chegava ao final dos anos 50, com as seguintes características: um mercado interno crescente e com grande potencial; uma indústria que buscava ocupar espaços, mas era muito inferior, competitivamente, aos países do chamado primeiro mundo, o país era carente de capitais nacionais e de mão de obra qualificada; o capital estrangeiro era predominante em vários setores industriais; a distribuição de renda era extremamente concentrada, fator inibidor de crescimento e de melhor qualidade de vida para a grande maioria da população; uma taxa crescente de urbanização, sem nenhum planejamento racional de ocupação do solo; um sistema político que atendia clientes e distribuía privilégios, sem se preocupar com os reais interesses da população; um crescimento da máquina estatal trazendo em seu bojo um



crecente aumento da carga tributária, penalizando os mais pobres, tirando de quem tem menos, para dar a quem tem mais.

Na essência, a situação econômica da população brasileira em geral, pouco se transformou em 450 anos, os escravos passaram a ser trabalhadores livres com baixa remuneração, e depois operários com poucos direitos; os agricultores abandonaram o campo e passaram a viver nas periferias das cidades, em condições sub-humanas, sem trabalho fixo, vivendo precariamente; as grandes propriedades agrícolas permaneceram durante todo o tempo em mãos de poucos proprietários; a indústria se aglutinou em monopólios ou oligopólios; a elite se apossou dos bens públicos em proveito próprio ou de seus cúmplices; os ricos se tornaram mais ricos e poderosos, os pobres continuaram pobres, analfabetos ou com baixa instrução, sem acesso aos bens públicos, e usados como mão de obra barata.

Esses vivem como sempre viveram, como aqueles que não têm voz e nem vez em uma sociedade dividida, preconceituosa, individualista e cada vez mais consumista. Crescendo de modo desmesurado nos centros urbanos, os excluídos do sistema econômico acabam por aumentar as favelas, muitas vezes ao lado das imponentes residências de nobres moradores, com isso cercado e assustando, a própria elite que os criou.

2. FORMAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

A formação da sociedade brasileira foi marcadamente influenciada, nem poderia ser diferente, pelo quadro econômico descrito acima. A monarquia absolutista portuguesa tinha bem definida suas classes sociais: a nobreza, o clero e os demais. No Brasil, além dos mencionados, tivemos mais alguns elementos que foram determinantes para a formação de sua sociedade: a escravidão e a ausência de uma pequena burguesia, composta por trabalhadores livres e independentes.



Desde seus primórdios, a sociedade brasileira foi elitizada. Seja como donatários, como funcionários da Corte, ou como agraciados com grandes porções de terra, a elite brasileira foi formada com o objetivo primeiro de exploração da terra e do trabalho servil. Era exploradora dos mais fracos e buscava sempre privilégios e favores do Estado, devotando-lhe total comunhão e submissão. Nunca se formou verdadeiramente um povo, com uma identidade comum, mas sim castas. Para crescer na vida era preciso ser “amigo do rei”. Aos “amigos do rei” o acesso a tudo e a todos era ilimitado, aos demais, tudo deveria ser negado ou dificultado¹².

A nobreza ou a elite não trabalha; o trabalho não é visto como algo positivo. A escravidão é o sustentáculo da economia e da nobreza, tanto que nas poucas insurreições populares havidas no Brasil, limitadas e circunstanciais, a escravidão não foi abolida nem pelos efêmeros e pontuais governos revolucionários. Não havendo possibilidade de ascensão social, só restava a submissão aos senhores da terra, ou a delinquência e a prostituição. O fim da escravidão traz a reboque o fim do período imperial¹³.

A República foi outro movimento das elites. Os que se sentiam prejudicados mudaram o governo, deram um golpe de estado, sem nenhuma participação popular. Fato marcante politicamente que, com a proclamação da República, a elite econômica dominante trás para a cena brasileira um novo personagem, o poder militar. Esse será um protagonista muito importante da vida política brasileira durante os próximos 90 anos.

Os donos do poder político continuaram em sua lida de privilégios e benefícios, as eleições continuaram claramente fraudulentas (tecnicamente falando, o Brasil republicano era democrático) e o poder se alternava como em uma ação entre amigos. A separação entre a elite dominante e o povo continuou. A classe trabalhadora no campo era desarticulada e ignorante, nas cidades era incipiente, sem capacidade de mobilização.

No início do século XX, a classe operária de São Paulo, já contava com dezenas de sindicatos de trabalhadores. Apesar de sua evidente desarticulação, conseguiram realizar movimentos grevistas generalizados em 1906, 1912, 1917 e 1919. As reivindicações incluíam aumentos de salários de acordo com o aumento do custo de vida, dia de oito horas de trabalho, proibição de trabalho aos domingos, proibição de trabalho a menores



de 12 anos, entre outros. Não se pensava em férias remuneradas. A reação dos empregadores foi quase sempre brutal, contando com a atuação da Força Pública (Polícia Militar da época), prisões, e as “listas negras” onde os mencionados não conseguiam mais encontrar trabalho em qualquer fábrica. Evidentemente os trabalhadores não contavam com nenhum apoio do governo ou de qualquer outro órgão da sociedade civil. “A lista negra, a princípio para identificar ladrões, mas como se constatou serviu mesmo para limpar a força de trabalho de elementos indesejáveis, que operam dentro dela, em certas ocasiões, como fermento de indisciplina”¹⁴.

A Igreja, através de diversos padres e bispos, em vários pontos do Brasil, teve sua atenção voltada para a causa operária. Ainda que se equilibrando entre não desagradar os patrões, fonte de recursos para as necessidades eclesiais e não cair no ativismo político.

Dando pouco apoio às greves, o clero ou parte dele, procurava melhorar as condições do operariado. Inúmeros círculos operários católicos foram criados, em diversas cidades brasileiras, várias escolas sob a direção de padres foram instaladas em fábricas, incentivos para a criação de liceus de artes e ofícios e mesmo de escolas agrícolas foram lançados por bispos¹⁵.

Também podemos destacar a ação assistencial de entidades católicas, como, por exemplo, os vicentinos. Mas não houve uma preocupação com conscientização crítica por parte do clero para com os trabalhadores. As questões de uma melhoria da desigualdade entre capital e trabalho, em uma efetiva promoção social seria uma longa luta para um futuro ainda distante.

Outro fato marcante foi que a estrutura estratificada da sociedade brasileira não permitiu a instrução de suas gentes. Durante a colônia, a única possibilidade de estudo eram as instituições católicas, seminários e casas de formação, destinadas a formar padres. Os seminários eram poucos e a família do jovem devia contribuir com os gastos durante os estudos. Não havia colégios e a entrada de livros era controlada pela Coroa Portuguesa. A enorme maioria do povo e também parte da elite econômica era analfabeta. Os que



tinham vontade e possibilidade financeira iam estudar em Portugal, ou em países amigos.

Apesar da enorme precariedade dos dados, os censos demográficos do final do século XIX apontam que cerca de 85% da população brasileira era analfabeta¹⁶.

Evidentemente uma população que está preocupada em apenas subsistir, em sobreviver, sem nenhuma representatividade política, sem saber ler nem escrever, não possui qualquer consciência política.

Os que têm alguma visão contrária ao poder, são logo declarados inimigos da sociedade, vagabundos, anarquistas, subversivos ou qualquer outra designação pejorativa. Isto se mostra claro nos acontecimentos políticos e sociais que aconteceram na história brasileira. As transformações sociais no Brasil sempre foram dádivas da elite, qualquer que fosse essa elite.

Com muitas lutas, apesar de tudo, uma nova força política cresce no Brasil do pós-guerra, os sindicatos que, na esteira da industrialização, querem se manifestar como as verdadeiras vozes das classes trabalhadoras. Estão, por volta de 1950, muito mais organizados e politizados, suas vozes já se fazem ouvir, mesmo para os governantes populistas.

O sindicalismo irá se confundir, para a elite burguesa, com o comunismo, uma ameaça que iria abalar as mais sólidas convicções da civilização cristã e ocidental.

Apesar de todas as mudanças político-sociais ocorridas durante os últimos 80 anos, a grande maioria da população brasileira, chega à década de (19)50, desarticulada e pobremente politizada. Na verdade não se interessa pela política. Deixa-se levar por quem quer que seja. O homem cordato, ou o povo alegre do mundo do carnaval, da praia e do futebol, não se interessa pelo seu destino como cidadão. Quando muito está preocupado com sua sobrevivência imediata. Seu conformismo é patente em tudo o que acontece na vida política brasileira, ela é parte da realidade da população: não interage, não cobra, não questiona, não reclama.

O poder consegue mudanças impensáveis. Monarquistas tornaram-se republicanos, imigrantes endinheirados casaram-se com as descendentes de nobres falidos apenas para



terem prestígio social, operários que chegam ao poder sindical, vendem-se aos patrões contra seus pares. A manutenção de castas e privilégios mantém-se inalterada, como na colônia, apenas ajustam-se as peças, de acordo com as novas necessidades. A participação popular como protagonista de seu próprio destino é absolutamente restrita e circunstancial. Os agentes políticos sentem-se como os novos monarcas da tecnocracia, afinal, eles sabem que ninguém do povo se lembra em quem votou na última eleição, isto é, quando há eleições. Assim, de tempos em tempos, podem começar tudo de novo, a partir do zero, de modo absolutista.

De ruptura em ruptura, temos outra em 1964. Novamente o poder político institucional foi substituído por uma ditadura, essa sem disfarces é militar e autoritária. O país vivia de maneira caótica e sem controle, completamente desgovernado, a ameaça comunista era um fato preocupante e a “república sindicalista” assustava a elite dominadora.

Contando com amplo apoio da classe média urbana, e em especial da Igreja Católica, o Alto Comando do Exército depõe o presidente constitucional e toma o poder, sem disparar um único tiro, prometendo restabelecer a ordem institucional, a paz interna e o bem-estar da população. Ficaram no poder por 21 anos.

3. FORMAÇÃO RELIGIOSA – A EVANGELIZAÇÃO NO BRASIL

A influência da Igreja Católica na formação da sociedade brasileira é inquestionável. Junto com as primeiras caravelas vieram os primeiros religiosos. O povoamento da colônia é sempre marcado pelos padres e frades das Ordens Religiosas: Franciscanos, Dominicanos, Beneditinos, Mercedários, Jesuítas, entre outras, que aqui chegaram junto com os conquistadores.

A evangelização católica encaixava-se no modelo de exploração mercantilista da coroa portuguesa, já descrito anteriormente. A Santa Sé através de uma série de bulas papais,



emitidas durante o século XV, havia concedido ao Reino de Portugal o regime do Padroado.

Portugal sempre tentou colonizar o Brasil sem gastar muito, dentro de sua lógica mercantilista. Na evangelização, sendo uma obrigação do Estado, empregou o mesmo pensamento. Em última análise a evangelização, era uma imposição da fé católica a todos os habitantes da colônia: brancos, negros ou indígenas.

Não havia a preocupação de uma real conversão por parte do fiel. Havia uma imposição estatal, que não aceitava outros credos ou cultos de outras religiões. Portugal logo se descuidou da administração da fé no Brasil, tanto é que temos, ao longo de todo o período colonial, a criação de apenas cinco dioceses para um imenso território. Os bispos, cuja nomeação dependia da Coroa, foram todos portugueses, e pouco fizeram por suas dioceses, largadas ao abandono.

Em resumo, a evangelização do Brasil no período colonial foi falha, sem organização, sem preparo, sem a preocupação das necessidades do povo, um verdadeiro descaso. As consequências são uma formação católica baseada em devoções populares, e uma participação dos fieis nos sacramentos muito mais por obrigação do que por devoção¹⁷.

A alta hierarquia da Igreja sempre estava alinhada ao governo português, de quem era dependente, pouco ou nada havendo de contato com as reais necessidades do povo. A Igreja, e principalmente organizações leigo/religiosas, atuavam no assistencialismo, procurando minorar a situação das dificuldades cotidianas de grande parte da população, principalmente a fome e a saúde. Atuavam também na melhoria educacional dos operários, principalmente através de escolas e liceus. Muito lentamente a Igreja volta-se para as questões sociais, ainda que seu pensamento continuasse rural e não entendia o fenômeno da industrialização e da urbanização em curso.

Não podemos deixar de ressaltar, no entanto, que a atuação da Igreja como um todo não foi única. Desde cedo os jesuítas são contrários à escravidão dos indígenas, mas nada fazem contra a escravidão dos negros, sendo que, inclusive muitas propriedades da Igreja tiveram escravos. Os padres que viveram junto ao povo sofrido são diferentes,



muitos dão suas vidas pela causa da liberdade, sensibilizados pelas angústias de seus fieis.

A maioria das insurreições populares, durante o período colonial e imperial, contou com a participação efetiva de padres.

A situação da evangelização não muda com a independência. Depois de um período de transição, o Brasil assina com a Santa Sé, o mesmo acordo do Padroado¹⁸. Este sistema vigorou até 1891, quando é promulgada a primeira constituição republicana, separando o Estado da Igreja, e o Brasil passa a ser um país laico.

Com o regime republicano, a Igreja se vê em face de novas preocupações. A Igreja está livre para agir em consonância com os alinhamentos de Roma na parte doutrinal, pastoral, disciplinar, porém, deve igualmente procurar obter recursos para a sua manutenção e para a sua expansão¹⁹.

A Igreja do Brasil se vê frente a enormes desafios nas primeiras décadas do século XX: a sua própria estrutura interna; a falta de sacerdotes bem formados; a crescente taxa de urbanização, com todos os elementos que traz esse novo estilo de vida; a crescente imigração europeia e como consequência o ingresso de grande número de padres europeus; os ataques da maçonaria; a situação política instável na Europa, Primeira Guerra Mundial; a presença de novas religiões no Brasil: o protestantismo, espiritismo, e as religiões afro.

Dentro deste quadro, pode-se imaginar que as dificuldades para uma ação de transformação social, eram praticamente intransponíveis.

Uma verdadeira mudança começou a ocorrer a partir da década de 30. De um lado haverá um acordo implícito entre a hierarquia e o poder, porém a Igreja não estará apenas a serviço do Estado. Ela conquistou alguns objetivos, como o ensino religioso nas escolas públicas, facultativo aos católicos e o empenho do governo central em não aprovar a lei do divórcio. Ainda que com muitas ressalvas, se interessará em abraçar mais e mais as causas sociais da população brasileira especialmente as dos operários tanto urbanos como rurais.



O governo em consonância com a hierarquia usava como parâmetro para a sua política social a Doutrina Social da Igreja, não que o fizesse efetivamente. Por outro lado a Igreja fazia vistas grossas para os claros desmandos e ataques indiscriminados que os agentes governamentais faziam contra seus opositores.

Porém, como um todo, a política da Igreja teve êxito, a Igreja Católica daqui em diante não poderá ser ignorada no equilíbrio de forças, quando da discussão e solução dos problemas nacionais, notadamente os políticos e sociais.

Um dos aspectos mais destacados da atuação da Igreja na sociedade *ad extra*, ocorreu a partir do final da década de 30. Este movimento ficou conhecido no Brasil como Ação Católica (AC). Com ela, nasce um novo fator: o papel do leigo na Igreja e fora dela²⁰. Em 1925, o Papa Pio XI (1922-1939), reconheceu oficialmente o movimento da Ação Católica²¹.

A AC chega ao Brasil no começo dos anos 30. Aqui esse movimento ficará conhecido com Ação Católica Brasileira (ACB). Seu primeiro presidente foi o intelectual Alceu de Amoroso Lima, principal assessor leigo de D. Sebastião Leme, Cardeal do Rio de Janeiro.

A partir dos anos 30, a influência católica aumentará muito na vida da sociedade brasileira. Foi criada a Liga Eleitoral Católica (LEB), pensar-se-á na criação de um partido cristão, porém não chegou a se concretizar, a ACB formou lideranças no meio operário para que essas evangelizassem seus pares.

Agirá do mesmo modo para a evangelização de moças, estudantes e adultos. A ACB empregou o método ver-julgar-agir, partindo sempre da realidade vivida pelo seu público objeto, adequando a mensagem evangélica ao cotidiano de cada segmento. As ações da ACB foram orientadas por clérigos e promoveram uma conscientização de seus participantes principalmente no campo político e social, tendo a virtude de inserir a pastoral dentro da dimensão histórico-social.

A liderança de D. Helder Câmara será um fator marcante nesta direção. A Ação Católica vai atuar em todo o Brasil, criando novos movimentos²², como MEB



(Movimento de Educação de Base), a JOC (Juventude Operária Católica), e outros segmentos da sociedade são dinamizados pela doutrina católica: A JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), para estudantes do segundo grau, e a JUC (Juventude Universitária Católica).

Atuando nas cidades e no campo, a Ação Católica desenvolve um trabalho junto a estudantes, operários, agricultores, estimulando os leigos a uma participação democrática e pleno exercício de cidadania.

As realidades nacionais ou os grandes problemas sociais passam a fazer parte das preocupações da Igreja, ou pelo menos do chamado clero progressista, e não apenas as preocupações espirituais. “A ACB procurou aumentar o envolvimento dos católicos leigos na sociedade, gradualmente passando de uma orientação cultural, moral e religiosa para o enfoque na militância política e social”²³.

No entanto, nem poderia deixar de ser, parte do episcopado brasileiro, tem desconfiança deste novo momento da Igreja. O novo Arcebispo de São Paulo e futuro Cardeal da Igreja Católica, Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, em 1944 escreveu em suas cartas pastorais: “que a Ação Católica aja com prudência, limitando, voluntariamente, o seu campo de atividade, a fim de evitar colisões. Deve trabalhar para o reinado social de Cristo Rei”²⁴.

Ainda que não tenha sido uma ação única e mesmo sendo combatidas pelas ambiguidades naturais da alta hierarquia, as questões sociais e as duras realidades vividas pelo povo mais necessitado começam a fazer parte dos pensamentos e preocupações da Igreja Católica no Brasil.

Vários grupos, leigos e consagrados, tornam o tema social em uma discussão teológica e pastoral. A necessidade de uma mudança era evidente. Em certo sentido, as sementes para uma teologia prática, feita a partir da realidade existencial brasileira, do campo e da cidade, foram lançadas nas décadas de 40 e 50, elas se tornaram árvores frondosas nas duas décadas seguintes, com o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base, onde o Povo de Deus passa a ser protagonista de seu destino evangelizador.



CONCLUSÃO

Economicamente a grande maioria do povo padece dos problemas advindos de uma péssima distribuição de renda. Os salários são baixíssimos e as condições gerais de vida são bastante precárias. A grande maioria é analfabeta ou semianalfabeta, eufemismo para designar quem sabe desenhar o seu próprio nome. A elite do país domina as finanças, os meios de produção e o poder político. A industrialização se desenvolve rapidamente a partir dos anos 50, trazendo novos padrões de vida baseados no consumo de bens duráveis.

A classe média urbana é ascendente e passa a ter importância econômica. A urbanização já é um fenômeno irreversível abarrotando as cidades com novos contingentes que vão piorar os graves problemas sociais, já existentes. Há uma progressiva carga tributária e um aumento das taxas de inflação, que mais uma vez penalizam os mais pobres. A economia do país é atrasada, produtora de matérias primas agrícolas ou minerais destinados à exportação para países mais desenvolvidos. O avanço da educação formal e na área das ciências foi pequeno, não trouxe nenhuma transformação social, o país continua sendo periférico na economia mundial.

Politicamente, a grande maioria do povo vivia à margem das decisões políticas. O povo não era politizado, e não se interessava por política, não reivindicava seus direitos. O país não tinha nenhuma tradição democrática, tendo vivido de golpes de grupos oligárquicos ou de eleições fraudulentas. A instabilidade política era uma constante. As necessidades sociais são solenemente esquecidas pelas autoridades públicas: escolas, saneamento, saúde, transporte de qualidade, moradia, apenas fazem parte de promessas eleitorais. Quando eram feitas algumas poucas melhorias, faziam parte de uma dádiva populista e demagógica. As reivindicações sociais eram localizadas, em geral em alguns poucos sindicatos mais organizados. No entanto, surgem organizações embrionárias, principalmente no meio da classe operária nos grandes centros e também na classe



estudantil, tidas como de esquerda, dentro da dicotomia esquerda e direita. O poder, principalmente o econômico, mas não apenas ele, trata de instrumentalizá-las e demonizá-las, sempre que pode. Quando a reivindicação é forte, e ameaça o sistema estabelecido, esse, em geral, coloca a organização ou suas ideias, como fontes de agitação social ou, pior, como ideias comunistas, *desestabilizantes da paz e da boa ordem que sempre prevaleceram na sociedade católica brasileira*.

Na religião, o predomínio do Catolicismo ainda é inquestionável. A Igreja Católica está bem estruturada e organizada, atingindo todas as camadas da população em todas as regiões do país. O povo não tem formação religiosa profunda, mas tem uma enorme riqueza na religiosidade popular. A Igreja é respeitada e admirada, porém é vista como dispensadora dos sacramentos ou, quando muito, atuante na área espiritual.

A hierarquia da Igreja está ocupada em conservar seu poder, sua estrutura, sua ascensão sobre os fieis e continua, mesmo com algumas escaramuças, aliada ao Estado. Não se fala em protagonismo dos leigos, apesar de toda sua participação a partir dos anos 30. Esses estavam buscando seu lugar na Igreja e a Ação Católica abriu uma grande porta, com uma grande motivação de evangelizar os leigos a partir dos leigos, mesmo sendo atacados, na visão dos conservadores, de excesso de ativismo social. Porém, uma verdadeira e definitiva união em torno dos mesmos objetivos, entre leigos e Igreja-instituição, ainda está longe de acontecer.

Através de vários movimentos, a participação do laicato busca seu protagonismo dentro da Igreja. O nascimento das Comunidades Eclesiais de Base é um claro exemplo prático desse protagonismo. Há, pelo menos por parte da população católica mais conscientizada, e também por alguns membros da Igreja, um grande desejo de transformação social.

Os determinantes acontecimentos da década de 60, o Concílio Vaticano II (1962-1965) com a abertura da Igreja para o mundo, o golpe militar de 1964 e sua decorrente ditadura, a Conferência de Medellín (Colômbia em 1968) e seus desdobramentos teológicos vão trazer à tona, para uma frutuosa discussão dentro da Igreja no Brasil, as demandas sociais sufocadas por 450 anos de exploração mercantilista.



BIBLIOGRAFIA

LIVROS E PUBLICAÇÕES

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.

DEAN, Warren. *A industrialização em São Paulo*. Tradução: Octavio Mendes Cardoso. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

GASPARI, Elio. *A Ditadura derrotada, o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo: Companhia

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo: Paulinas, 1991.

MIRANDA, Mario de França. *Catolicismo Desafiado*. São Paulo: Paulinas, 1996.

_____. *Igreja e Sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2009.

_____. *Um Homem Perplexo, Um cristão na atual sociedade*. 3a. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Um catolicismo desafiado: Igreja e pluralismo religioso no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1996.

PRADO JR, Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. *Diretrizes para a Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1954.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.



_____. *História e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

_____. *O que é Liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SEGUNDO, Juan Luis. *Da Sociedade à Teologia*. São Paulo: Loyola, 1983.

SERBIN, Kenneth P.. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva e Maria Cecília de Sá Porto. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

_____. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

SOUZA, Ney de (org.). *Catolicismo em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. Os caminhos do Padroado na evangelização do Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. *Revista de Teologia e Cultura*. n. 2. São Paulo, 2005.

WILCKEN, Patrick. *Império à deriva. A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Objetiva²⁵.

SITES

DALCIO, Marinho Gonçalves - *Universalização da educação básica no Brasil: utopia para a construção de uma educação integral*. Dissertação de mestrado. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

MATTOS, Raimundo Cesar de Oliveira. *A Juventude Operária Católica – a visão de uma utopia*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: < www.sumarios.org/sites/default/pdfs/53512_6221.PDF>.



VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira – *Administração Joanina no Brasil* (1800-1821).

Disponível em: <www.fafich.ufmg.br>.

* Celso Luiz Tracco – Economista formado pela FEA-USP. Administrador de Empresas, consultor, palestrante e escritor. Foi executivo de inúmeras empresas, com cargos no Brasil e no exterior. Teólogo formado pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Este texto é parte da pesquisa de dissertação de mestrado no Programa de Teologia da PUC-SP.

¹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 40.

² PRADO JUNIOR, Caio. *História e Desenvolvimento*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968, p. 34.

³ FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Livro publicado em 1933. Relata principalmente as relações comportamentais entre o senhor de engenho, dono da Casa Grande e os negros e negras da Senzala. Falava de modo poético sobre a miscigenação, a importância do negro na sociedade brasileira, mas não aprofunda o inerente racismo e preconceito, muito forte no passado e ainda hoje presente em nossa sociedade.

⁴ “De acordo com estimativas mais recentes, em todo o período de tráfico negreiro para o Brasil, desde meados do século XVI até os anos 1850, chegaram ao país mais de 4,8 milhões de africanos escravizados”. CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Cia das Letras, 2012, p. 35.

⁵ VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira – *Administração Joanina no Brasil* (1808-1821). Disponível em: <www.fafich.ufmg.br>. Acesso em 14.11.2012.

⁶ VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira – *Administração Joanina no Brasil* (1800-1821). Disponível em: <www.fafich.ufmg.br>. Acesso em 14.11.2012.

⁷ DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. Tradução: Octavio Mendes Cardoso. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971, p. 12.

⁸ SOUZA, Ney de (org.). *Catolicismo em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 289.

⁹ PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1945, p. 262.

¹⁰ DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. Tradução: Octavio Mendes Cardoso. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971, p. 54.

¹¹ Não há dados confiáveis para uma análise mais profunda naquela data. O que se pode afirmar é que o Brasil possui uma das maiores desigualdades sociais do mundo. A indicação de 10% da população mais rica detém cerca de 50% da renda nacional, é uma cifra que se mantém resistente a mudanças. Em 1970, o economista Edmar Bacha, cunhou a expressão *Belíndia* para descrever a desigualdade brasileira – um país onde convivia a desenvolvida Bélgica de reduzidíssima população com a paupérrima e superpopulosa Índia.

¹² PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1945, p. 31-55.

¹³ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1942, p. 354.

¹⁴ DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. Tradução: Octavio Mendes Cardoso. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971, p. 170-180. Menção de atas da CIFTSP de 24 e 25 de outubro de 1919.

¹⁵ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 115-116.

¹⁶ Em 1890, como mostra a Tabela 1, o Recenseamento Geral encontrou praticamente o mesmo percentual de analfabetos na população de quase duas décadas antes, cerca de 85% dos habitantes. População total, população analfabeta, percentual de analfabetos – Brasil – 1872 e 1890.

Ano: 1872 - população total: 9.930.478; não sabem ler nem escrever: 8.365.997 – 84,2%

Ano: 1890 – população total: 14.333.915; não sabem ler nem escrever: 12.213.356 – 85,2%

Fonte: Diretoria Geral de Estatística, [187?] / 1930, Recenseamento do Brasil 1872/1920; IBGE, Censo demográfico.

Nota: Nos recenseamentos de 1872 e 1890, a população não foi discriminada por idades relativamente ao grau de instrução. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 12/01/2013. Dissertação de mestrado de Dalcio Marinho Gonçalves, *Universalização da educação básica no Brasil: utopia para a construção de uma educação integral*, p. 56, 2010.



¹⁷ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1942, p. 355.

¹⁸ No dizer do Padre Antonio Feijó, intelectual e político brasileiro, regente de 1835 a 1837, *o povo brasileiro era sem educação, sem religião, sem ética... quando a sociedade toca o último da corrupção, não é um dia que o mais hábil político pode reorganizá-la*. Trecho de artigo de Diogo Antonio Feijó, publicado na íntegra no jornal o Justiceiro, de 7/11/1834. *Quem é quem na história do Brasil*. São Paulo. Editora Abril, 2000, p. 204.

¹⁹ De 1551, quando foi implantada a primeira diocese na Bahia até 1890 foram criadas apenas 12 dioceses. A última foi em 1854, Diamantina (MG). Quando da separação entre Igreja e Estado, de 1890 a 1930, foram erigidas 68 novas dioceses e prelazias e de 1931 a 1960, outras 72 dioceses são implantadas no Brasil. Fonte: Ceris (Centro de Estatística Religiosa e Informações Sociais), 2000.

²⁰ MATTOS, Raimundo Cesar de Oliveira. *A Juventude Operária Católica – a visão de uma utopia*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <www.sumarios.org/sites/default/pdfs/53512_6221.PDF>. Acesso em 12/10/2012.

²¹ Nas encíclicas *Quadragesimo Anno e Non Abbiamo Bisogno*, de 1931, Pio XI enaltece a ação pastoral daquelas organizações católicas.

²² SOUZA, Ney de (org.). *Catolicismo em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 463.

²³ SERBIN, Kenneth P.. *Padres, celibato e o conflito social*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 159.

²⁴ SOUZA, Ney de (org.). *Catolicismo em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 480-482.